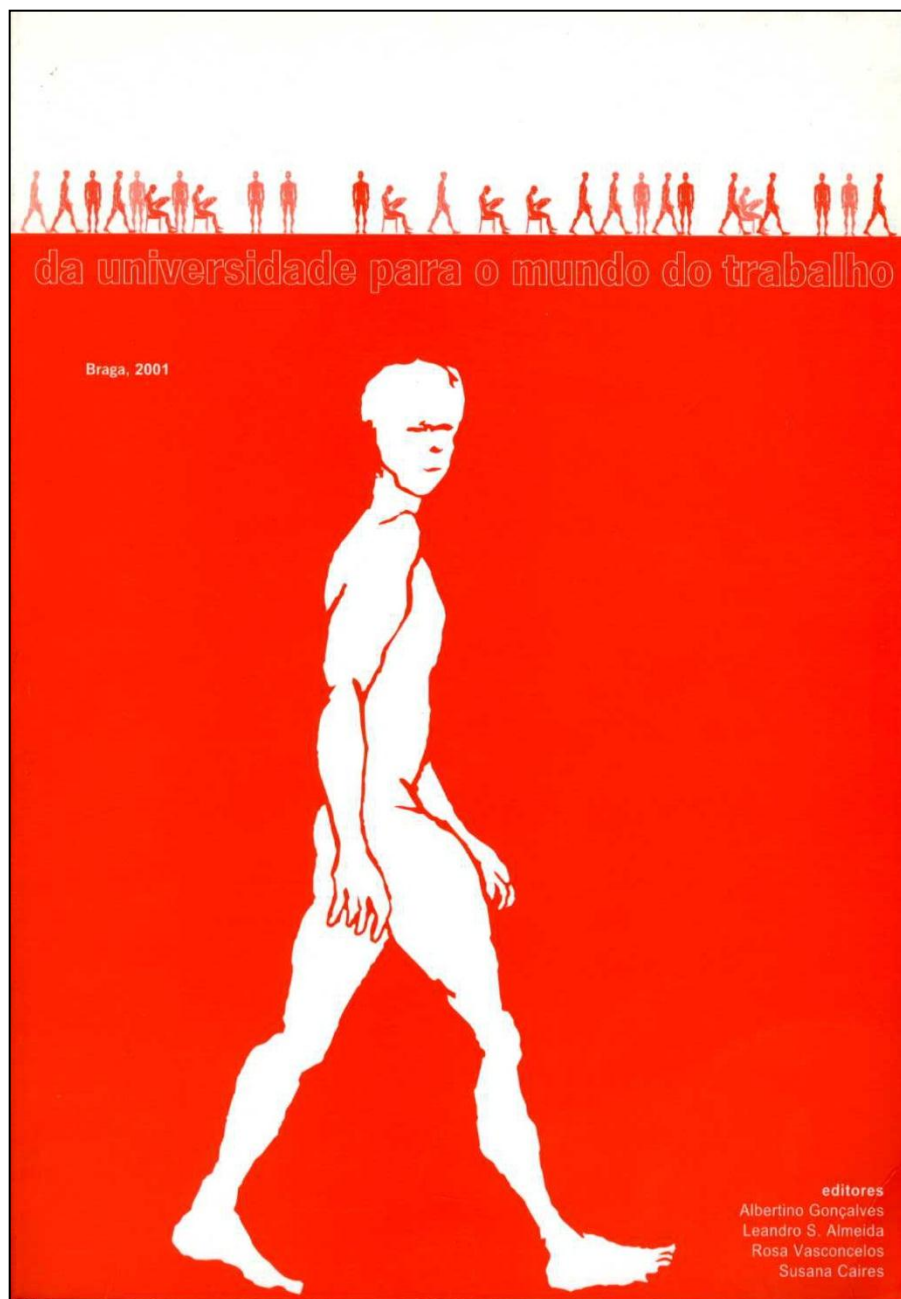


SILVA, Bento & Marques, Fátima (2001). Trajectórias de inserção profissional dos licenciados em Educação pelo Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho. In Albertino Gonçalves et al. *Da universidade para o mundo do trabalho, desafios para um diálogo*. Braga: Universidade do Minho, pp. 205-226.



Trajectórias de inserção profissional dos licenciados em Educação pelo Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho

Bento Duarte da Silva & Maria Fátima Marques***

Introdução

Nos inícios da década de 90, o Instituto de Educação (mais tarde designado Instituto de Educação e Psicologia, designação que mantém) lançou o debate e apresentou uma proposta de criação de uma Licenciatura em Educação. Este Instituto, que já tinha sido inovador, em 1975, na criação de cursos do modelo integrado de formação de professores, entendeu que a Educação não se poderia reduzir ao sistema escolar, mas que era um processo – no tempo e no espaço comunitário – que abarcava várias dimensões e modalidades do desenvolvimento humano, tais como: a educação infantil, a formação profissional e a gestão da formação, os apoios sócio-educativos, a integração social dos deficientes e marginais, o aproveitamento dos tempos livres, a educação de adultos e da terceira e idade, o desenvolvimento comunitário, etc (nota 1. A proposta de criação de criação da Licenciatura tinha em vista a intervenção qualificada nestas modalidades, visto que, no País, a preparação de profissionais de educação não existia ou revestia-se de carácter esporádico e precário.

O perfil do licenciado em Educação consistiria num profissional que teria “um papel na definição de projectos e programas de intervenção, na sua implementação e avaliação, sendo ainda preparado para desempenhar um papel na análise fundamental e crítica do sistema e das instituições educacionais” (nota 2). Tendo em conta o perfil e as modalidades de intervenção, entendeu-se definir três ramos de especialização, antecidos de uma formação

* Coordenador do Observatório de Emprego do Conselho de Cursos das Licenciaturas de Educação e de Psicologia da Universidade Minho.

** Presidente do NEDUM (Núcleo de Estudantes de Educação da Universidade do Minho), coordenadora da equipa de aluno(as) que colaboram neste trabalho na qualidade de entrevistadores: Cidália Parente; Carla Cunha; Eduarda Barros; Fátima Barbosa; Odete Araújo; Rui Pacheco; Silvia Daniela Oliveira; Sofia Pacheco.

comum de três anos: Ramo 1 – Recursos Humanos e Gestão da Formação; Ramo 2 – Educação de Adultos e Intervenção Comunitária; – Ramo 3 – Animação Educativa e Desenvolvimento Pessoal e Social. Portanto, o 4º ano do curso consiste nessa formação especializada, ao qual se segue um 5º ano de estágio e seminários na especialidade.

A proposta da criação do curso não reduzia a formação em Educação à preparação profissional e à colocação no mercado de mão de obra qualificada (aliás, a função da Universidade não pode – nem deve – reduzir-se ao pragmatismo do mercado), mas também não ficou indiferente a essa realidade. Houve o cuidado de efectuar uma sondagem e uma previsão dos sectores de mercado de trabalho em que os futuros licenciados se poderiam integrar e intervir profissionalmente, em função das áreas de especialização. O ano lectivo de 1993-1994 marcou o início do funcionamento das actividades lectivas, saindo os primeiros licenciados no ano de 1997-1998.

Em 1999, entendeu o Conselho de Cursos de Educação e Psicologia que havia necessidade de ter informação sobre os indicadores de empregabilidade dos seus licenciados. A informação, do que sucede a jusante do curso, é valiosa não só para a pertinência e justificação social do curso, mas também para a qualidade da formação assegurada na frequência. Para esse efeito decidiu criar um Observatório de Emprego dos Licenciados em Educação e Psicologia (nota 3).

Neste trabalho apresenta-se um conjunto de indicadores estatísticos sobre as trajectórias de inserção profissional dos licenciados em Educação.

Método

O presente trabalho apoia-se nos resultados empíricos e descritivos obtidos através de entrevistas realizadas em finais de 2000 e inícios de 2001 aos licenciados em Educação pela Universidade do Minho. Seguiram-se os seguintes passos metodológicos apropriados ao tipo de estudo em causa, descritos de seguida.

Recolha dos dados

Em primeiro lugar, procedeu-se à escolha do processo e do instrumento de recolha de dados. Optou-se pela entrevista telefónica, devido a dois factores: possibilidade de maior

retorno de respostas e melhor qualidade de respostas, resultante da conversa entre entrevistador-entrevistando. Para o efeito construiu-se um questionário/guião para orientar e registar as informações prestadas. Na construção do guião da entrevista definiram-se cinco objectivos e quatro campos de registo.

Objectivos

O presente estudo teve como principais objectivos (i) conhecer a situação actual sobre o grau de empregabilidade; (ii) observar as estratégias seguidas para a procura do 1º emprego e as dificuldades encontradas; (iii) detectar os factores que contribuíram para a inserção profissional; (iv) averiguar o tipo de relação entre a formação adquirida e a situação de emprego; (v) conhecer a opinião dos Licenciados sobre o tipo apoios que gostaria de ter recebido na transição Universidade - Mundo Empresarial.

Campos de registo

O questionário seguido das entrevistas abarcava os seguintes elementos: (i) Dados de Identificação; (ii) Situação Actual; (iii) Primeiro Emprego; (iv) Factores de Inserção Profissional. O guião foi testado junto de um grupo constituinte do público-alvo, tendo-se procedido a algumas reformulações.

Formação da amostra

Tendo em vista definir os potenciais entrevistados, solicitou-se aos Serviços Académicos a listagem de alunos que tinham terminado a Licenciatura, por anos de conclusão (1997-98, 1998-99 e 1999-2000) e com a indicação da morada e número telefónico. Face ao número de licenciados (135), estabeleceu-se que seria razoável conseguir cerca de 10 alunos/entrevistadores. Contactou-se a coordenação do NEDUM (nota 4) que, face aos objectivos da acção, se interessou pelo projecto, mobilizando os alunos. Em tempo oportuno, foi facultada formação aos alunos/entrevistadores sobre a iniciativa, o guião da entrevista e a forma de estabelecer a entrevista via telefónica. Cada aluno ficou encarregado de efectuar cerca de 13 entrevistas, em posto telefónico disponibilizado pelo Conselho de Cursos.

Procedimento

As entrevistas ocorreram em horário flexível, com maior incidência a partir das 18 horas, em todos os dias da semana, entre os meses de Dezembro de 2000 a Fevereiro de 2001, tendo-se procedido a reavaliações frequentes do processo de recolha de dados. Num primeiro momento, verificou-se que foi possível localizar e entrevistar cerca de 100 licenciados. Optou-se, então, por enviar o questionário via correio para os 35 Licenciados remanescentes. Face ao fraco retorno (5 respostas) fez-se uma nova tentativa telefónica utilizando-se os contactos pessoais para se obter a informação actualizada dos números telefónicos. Desta forma, conseguiram-se mais 14 entrevistas, perfazendo um total de 119 licenciados entrevistados, o que representa, em termos amostrais, 88% dos licenciados.

Tratamento dos dados

Os dados foram introduzidos no programa de análise estatística *StatView Graphics* (sistema informático Macintosh). Estes dados foram introduzidos conjuntamente pelo Coordenador do Observatório e pelo aluno/entrevistador. Em algumas situações, perante dúvidas e ou lacunas da informação recolhida e sendo entendido que era pertinente para a análise, procedeu-se à re-confirmação da informação, telefonando novamente para o aluno-licenciado. A análise dos resultados e sua discussão é da responsabilidade do Coordenador do Observatório, mas houve o cuidado de auscultar os alunos/entrevistadores sobre se as linhas gerais de análise e discussão dos resultados estavam em linha de conta com a percepção que ficaram das entrevistas, pois entendemos que numa entrevista, mesmo via telefónica, é possível percepcionar a riqueza emocional dos entrevistados, valência atitudinal que, muitas vezes, fica ocultada na frieza analítica dos indicadores estatísticos.

Amostra

Segundo dados dos Serviços Académicos, concluíram a licenciatura, desde 1997-98, 135 alunos. O quadro seguinte mostra a relação entre o total de alunos licenciados e os

efectivamente entrevistados (constituintes da amostra produtora de dados) por anos de conclusão do curso. Como se observa, a amostra atinge 88% no total, valor que consideramos elevado e representativo, quando comparado com estudos similares.

Quadro I- Relação dos alunos licenciados e da amostra produtora de dados, por anos.

anos	nº al. lic.	amostra	%
1997-98	45	37	82,2
1998-99	39	35	89,7
1999-00	51	47	92,2
Total	135	119	88,1

Por Ramos de Especialização, o 1º ramo está representado por 47 licenciados (39,5%), o 2º ramo por 38 (31,9%) e o 3º por 34 (28,6%). Por sexo, verifica-se uma taxa elevada de feminização: há 103 (86,6%) licenciados do sexo feminino para 16 (13,4%) do masculino. Por ramos de especialização, verifica-se que a taxa de feminização é total (100%) no 3º ramo, de 88,5% no 2º ramo e de 75,5% no 1º ramo. Por Estatuto de Estudante, a maioria tem o estatuto de aluno ordinário 67,5%, mas há uma taxa elevada de estudantes trabalhadores (32,5%). Por idades, a média é de 29 anos, sendo o valor mínimo de 23 anos e o máximo de 47.

Por concelhos de residência, verifica-se que os licenciados são oriundos de 35 concelhos, localizados em várias Regiões de Portugal Continental e da Região Autónoma da Madeira, mas existe um forte predomínio da Região Litoral Norte, em particular do distrito de Braga (65%) e do concelho de Braga (53 licenciados, 45%).

A situação actual de empregabilidade

O quadro II apresenta-nos a situação profissional dos licenciados por anos de conclusão do curso.

Quadro II - Situação profissional dos licenciados em Educação por anos de conclusão do curso

Situação profissional	1997-98		1998-99		1999-2000		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
à procura 1º emprego	1	2,7	1	2,9	6	12,8	8	6,7
empregado	28	75,7	24	68,6	34	72,3	86	72,3
desempregado	2	5,4	7	20,0	2	4,3	11	9,2
a prosseguir estudos e empregado	6	16,2	2	5,7	4	8,5	12	10,1
a prosseguir estudos e desempregado	0	0,0	1	2,9	1	2,1	2	1,7

Estes dados revelam que 98 licenciados (82,4%) estão empregados, havendo 12 (10%) que simultaneamente prosseguem estudos de pós-graduação (mestrado). Observa-se, ainda, que 21 licenciados (17,6%) estão desempregados, havendo 2 (1,7%) a prosseguir estudos e 8 (6,7%) à procura do 1º emprego. Todos os licenciados desempregados encontram-se à procura de emprego (nota 5).

Por anos de conclusão do curso, a situação de desempregado manifesta-se mais acentuadamente nos licenciados (7 licenciados, 20%) que concluíram o curso há dois anos (ano lectivo de 1998-99), enquanto que os que concluíram há um ano (em 1999-2000) conhecem um valor elevado na situação de *à procura do 1º emprego*. Tal facto, poderá significar que a situação de 1º emprego é precária, caindo facilmente os licenciados na situação de desempregado. Mesmo assim, merece destaque o facto de 38 (80,8%) licenciados mais recentemente (em 1999-2000) estarem colocados no mercado de trabalho, ai mesmo tempo que 3 alunos (7,1%) que concluíram o curso há 3 anos (em 1997-98) ainda se encontrarem desempregados, estando 1 ainda *à procura do 1º emprego*.

Em síntese, a análise destes primeiros dados revela que a situação profissional dos licenciados em Educação não se afigura dramática. O nível de empregabilidade é bastante positivo (82%), mostrando que há mercado para os profissionais em Educação. Contudo, esta situação positiva não deve ocultar as dificuldades na obtenção de emprego por parte alguns licenciados, havendo mesmo casos de desemprego de longa duração.

As organizações/instituições de emprego

A distribuição dos licenciados pelas organizações / instituições de emprego corresponde aos contextos de integração e intervenção profissional definidos como sectores de saídas profissionais. Destacam-se cinco sectores, com mais de 10 licenciados empregados: (i) *As instituições particulares de solidariedade social*, com 22 licenciados empregados em organismos como: de Jardins de Infância, de Actividades de Tempos Livres, de Lar de Idosos, Centros de Apoio Local, Centros de Dia e Cruz Vermelha; (ii) *Escolas do ensino público não superior*, com 19 licenciados a exercerem a docência, estando 11 em escolas do 1º ciclo, 4 em escolas do pré-escolar, 3 em escolas do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e 1 no Ensino secundário; (iii) *Função pública* (nota 6), com 12 licenciados empregados em organismos como: Serviços Administrativos de Escolas, Direcções Locais e Regionais da Educação, Inspeção Escolar, Instituto da Juventude, Governo Civil, Universidade, Hospital, Segurança Social e Loja do Cidadão; (iv) *Câmaras Municipais* com 11 licenciados empregados em 10 Câmaras Municipais; (v) *Empresas comerciais e de serviços*, com 11 licenciados empregados.

Depois, com menor destaque (até 5 licenciados empregados), há os seguintes sectores: escolas de ensino superior da rede pública (5 licenciados, 2 docentes e 3 assistentes de investigação); empresas de formação (5 licenciados); associações culturais e recreativas (4 licenciados); escolas do ensino particular, não superior (2 licenciados na direcção e animação pedagógica); escolas de ensino superior da rede privada (2 licenciados, 1 docente e 1 animador de projectos pedagógicos); associações comerciais e industriais (2 licenciados); institutos públicos (2 licenciados, coordenadores da formação e animação pedagógica); empresa têxtil (1 licenciado, na função de técnico de recursos humanos).

As funções, o vínculo profissional e a distribuição geográfica

Para além das funções de docência exercidas pelos licenciados, em particular dos que antes do ingresso já exerciam essa actividade (nota 7) destacam-se as funções seguintes: técnicos de serviços educativos e sociais; animação educativa; coordenação e responsabilidade pedagógica de departamentos de educação; concepção, desenvolvimento e

avaliação de projectos educativos; coordenação da formação; gestão de trabalhadores e de recursos humanos. De uma forma geral, as funções exercidas nas diversas organizações / instituições correspondem ao perfil traçado para o licenciado em Educação.

Os dados sobre o vínculo de emprego indicam que a maioria exerce um trabalho dependente (83 licenciados, 84,7%), para 8 (8,2%) de independente e ainda 7 (7,1%) em estágio profissional. No vínculo de trabalho dependente, os dados revelam que a maioria está a termo certo, *a prazo* (55%), mas que a grande maioria exerce o trabalho a tempo inteiro (93,8%). Estes dados, nomeadamente os valores atingidos no trabalho a *termo certo*, revelam que existe uma situação de precaridade do emprego.

As organizações/instituições de empregabilidade estão localizadas em 33 concelhos, maioritariamente localizados na zona Norte Litoral do País, mais de metade no Distrito de Braga (67%). Os maiores destaques vão para o concelho de Braga com 30 licenciados (30,6%), seguido do de Vila Nova de Famalicão com 11 licenciados (11,2%). De uma forma geral, os concelhos de trabalho coincidem com os concelhos de residência. Daí que apenas 10% dos licenciados refira que a obtenção do emprego tivesse implicado mudança de residência.

O segundo emprego e níveis de remuneração

Não obstante os valores acima mencionados sobre o nível de desemprego, há um número razoável de licenciados que exercem, para além do emprego principal, um segundo emprego. Estão nesta situação 19 licenciados, um número que representa 16% dos alunos constituintes da amostra. Neste 2º emprego, a maioria (13 licenciados, 68%) exerce-o com vínculo independente; todos, a tempo parcial e, dos 6 licenciados com vínculo dependente, 5 têm contrato a termo certo. De entre as organizações/instituições o destaque recai nos Centros de Formação, onde exercem as funções de formador (8 licenciados) e de coordenadores da formação (4 licenciados), e na Universidade do Minho (4 licenciados, 3 monitores e 1 com a função de assistente de investigação). Dos concelhos de localização das organizações, os dados revelam que se situam em 10 concelhos, com destaque para o de concelho de Braga (7 licenciados).

Os dados sobre o vencimento médio mensal (bruto) situam-se claramente acima dos 140 contos. Maioritariamente, situa-se na classe dos 140-179 contos (27,6%), seguido de muito perto pela classe de mais de 230 contos (26,5%). Aparece depois a classe de 100-139 contos (22,4%) e de 180-229 contos (20,4%). Por fim, existem licenciados, ainda que em número reduzido (3,1%), que auferem um vencimento abaixo dos 100 mensais. Verifica-se que a situação da profissão tem efeitos no nível de remuneração. Os licenciados com situação mais estável (nomeadamente os que exercem a actividade docente há já alguns anos e possuem já vínculo de efectivo) e os que mantêm um segundo emprego, são os que auferem uma remuneração mais elevada.

A relação curso-emprego

A maioria dos licenciados (68%) refere que a frequência do curso contribui directamente para a sua situação actual de empregabilidade. Os restantes 32%, como iremos ver no ponto seguinte, dizem essencialmente respeito aos licenciados que já tinham emprego antes de frequentarem o curso, como é o caso muito particular dos docentes e que, mesmo depois de concluírem o curso, continuam a exercer a mesma profissão. Daí que entendam e respondam que a frequência do curso não contribui directamente para a sua situação actual de empregabilidade.

No entanto, para quem já tinha emprego antes de frequentar o curso (43 licenciados), há um número razoável de licenciados para quem a frequência do curso implicou **mudanças** e, mesmo mantendo o emprego, implicou **alterações**: 8 mudaram de emprego; dos que mantiveram o emprego, 26 registaram alterações remuneratórias, 15 alterações de funções e 13 alterações de estatuto.

Para concluir este ponto sobre a situação actual de empregabilidade, a análise dos dados sobre o nível de realização profissional revela que a maioria considera que tem um nível *elevado* (48,5%), havendo mesmo 19,6% a considerar um nível *muito elevado*, seguindo-se

28,9% com um nível *médio* e apenas 2,1% e 1% a considerarem que têm um nível *baixo* e *muito baixo*.

O primeiro emprego

Os dados sobre a ocorrência do primeiro emprego revelam que 107 licenciados (89,9% dos constituintes da amostra) já tiveram essa experiência e que para 43 licenciados (37%) essa experiência ocorreu mesmo antes de entrar no curso. Este valor significa que logo na entrada do curso há um número elevado de alunos que apresenta experiência de vida profissional (nota 8).

Quadro III - Ocorrência do primeiro emprego

situação	nº	%
antes de ingresso no curso	43	36,8
durante o curso	5	4,3
após a conclusão do curso	59	50,4
ainda não ocorreu	10	8,5

* 2 licenciados não responderam à questão

Para os 59 licenciados que conseguiram o primeiro emprego após a conclusão do curso, a grande maioria (48 licenciados, 81%) obteve-o nos primeiros 6 meses, sendo que 37% (21 licenciados) empregou-se quase de imediato à conclusão do curso (até 1 mês). Este valores francamente positivos, não devem esconder as dificuldades que alguns licenciados sentem em conseguir o primeiro emprego. Para além dos 10 licenciados (8,5%) para quem o primeiro emprego ainda não correu, há 11 licenciados que demorarem mais de 6 meses a conseguir o primeiro emprego: 8 (14%) demoraram entre 7 a 12 meses e 3 (5%) mais de 1 ano.

Por sua vez, os sectores do 1º emprego aproximam-se dos sectores de emprego da actualidade. De entre as organizações/instituições do 1º emprego destacam-se cinco sectores (com mais 10 ou mais licenciados): (i) *Instituições de Solidariedade Social*, 25 licenciados, na

maioria a empregarem-se depois de concluído o curso, em instituições como: Jardins de Infância, de Actividades de Tempos Livres, de Lar de Idosos, Centros de Apoio Local, Cruz Vermelha, etc.; (ii) *Escolas do ensino público não superior*, com 21 licenciados a exercerem a docência, sendo 11 no 1º ciclo, 5 no pré-escolar, 4 no 2º e 3º ciclos do ensino básico e 1 no ensino secundário, todos a exercerem a docência, como 1º emprego, antes do ingresso no curso; (iii) *Empresas comerciais/serviços*, 19 licenciados, em sectores diversos (como agência de viagens, comunicações, sapataria, ginásio, empresa de exposições, indústria farmacêutica, banca e correios), ocorrendo este 1º emprego, preferencialmente, antes do ingresso no curso; (iv) *Função pública*, 11 licenciados, em instituições como instituto da juventude, hospital, serviços da educação, governo civil e segurança social, ocorrendo o 1º emprego nestes organismos tanto antes do ingresso no curso, como depois (5 licenciados); (v) *Câmaras municipais*, 10 licenciados em 7 câmaras municipais, ocorrendo o 1º emprego, preferencialmente, depois de concluído o curso (7 licenciados). Depois, com menor destaque (menos de 6 licenciados) há um conjunto de sectores, entre os quais situam: associações comerciais e industriais; associações culturais e de desenvolvimento local; escolas do ensino particular não superior e escolas do ensino superior; empresas de formação e consultadoria; empresas industriais; companhia de teatro.

Por outro lado, as funções do 1º emprego coincidem com as das situações actuais de emprego. Há contudo, aspectos de diferenciação a sublinhar. No sector das empresas comerciais/serviços há um conjunto de licenciados que antes da conclusão do curso teve experiências profissionais de balconista e de atendimento ao público. No sector da indústria há quem tivesse experiência profissional de operariado em linha de produção. Nos sectores da função pública e das câmaras municipais, as funções do primeiro emprego, exercido pelos licenciados antes de concluído o curso, relacionavam-se sobretudo com tarefas administrativas.

Foi essencialmente nestes sectores que, após a conclusão do curso, as funções profissionais dos licenciados se modificaram, quer pela mudança de emprego (facto que sucede com alguns licenciados que tinham emprego no sector comercial/serviços), quer pela alteração das funções e do estatuto, passando os licenciados a assumirem funções de maior responsabilidade, nomeadamente a coordenação de programas, de projectos e da formação.

A relação do 1º emprego com o curso

A maioria dos entrevistados (61%) referem que há relação entre o primeiro emprego e a frequência e/ou conclusão do curso. A menção de não relação (39%) é sobretudo referida pelos licenciados que já exerciam o 1º emprego antes do ingresso do curso (particularmente pelos professores) e pelos licenciados para quem o primeiro emprego consistiu numa experiência profissional ocasional e num sector de actividade que pouco ou nada tinha a ver com a natureza do curso, nomeadamente o exercido em algumas empresas comerciais.

Distribuição geográfica do 1º emprego

As organizações/instituições do 1º emprego estão localizadas em 30 concelhos, maioritariamente localizados na zona Norte Litoral do País. Os maiores destaques vão para o concelho de Braga com 44 licenciados (41%), seguido do de Guimarães e do de Vila Nova de Famalicão, com 9 licenciados cada (8,4%). De uma forma geral, os concelhos onde se situava o 1º emprego coincidem com os concelhos de exercício actual da profissão (23 concelhos coincidentes). As diferenças situam-se: i) 7 concelhos onde os licenciados tiveram o seu 1º emprego e agora não constam da listagem actual de empregabilidade (Caminha, Chaves, Figueira da Foz, Gondomar, Monção, Paredes de Coura e Portalegre); ii) 10 concelhos onde os licenciados exercem actualmente a profissão e não fazem parte da lista de concelhos onde se localizava o 1º emprego (Aveiro, Coimbra, Lisboa, Macedo de Cavaleiros, Montalegre, Ponte de Lima, Vieira do Minho, Vizela, Vila Nova de Foz Coa, Vila Nova de Gaia).

A relação do 1º emprego com a situação actual de emprego

O quadro IV mostra a relação entre a situação de obtenção do primeiro emprego e a situação actual de emprego.

Quadro IV - Relação entre a situação do 1º emprego e a situação actual

Situação actual 1º emprego	À proc 1º			Pr. estudos e		Pr. estudos Desemp.	Total
	emp.	Empreg.	Desempreg.	Empreg.	Desemp.		
1º emp. antes curso	0	30	3	9	1	43	
1º emp. durante o curso	0	4	0	1	0	5	
1º emp. após o curso	0	51	6	2	0	59	
ainda não correu	8	0	1	0	1	10	
Total	8	85	10	12	2	117	

Estes dados permitem três apreciações gerais. Em primeiro lugar, a maioria dos 59 licenciados que tiveram o seu 1º emprego depois da conclusão do curso mantêm-se empregados (53 licenciados, 89,8%). Em segundo lugar, obter um 1º emprego não significa necessariamente manutenção: há 6 licenciados (10%), dos que obtiveram o 1º emprego depois de concluírem o curso, que se encontram actualmente desempregados; também há 4 licenciados (9%), dos que tiveram o seu 1º emprego antes de frequentarem o curso, que estão actualmente desempregados. Esta constatação, nomeadamente a que se refere aos licenciados que obtiveram o 1º emprego depois de concluírem o curso, demonstra a precaridade subjacente ao primeiro emprego. Finalmente, os 5 licenciados que obtiveram o seu 1º emprego durante a frequência do curso mantêm-se todos empregados.

O vínculo laboral do 1º emprego

Os dados sobre o vínculo do 1º emprego indicam que a maioria exerce um trabalho dependente (86 licenciados, 90%) para 10 (10%) de trabalho independente. No vínculo de trabalho dependente, os dados revelam que a maioria está a termo certo, *a prazo* (70%) e que exerce o trabalho a tempo inteiro (92%). Estes dados revelam que existe uma situação de grande precaridade do 1º emprego. Há mesmo quem refira haver alguma “exploração” no exercício profissional.

Estratégias e dificuldades na procura e obtenção do primeiro emprego

As estratégias utilizadas na procura do 1º emprego são variadas e, por regra, os licenciados utilizam várias estratégias simultaneamente. Num total de 200 referências, sobressaem cinco estratégias: os *contactos informais*, envolvendo familiares, amigos, etc. (com 44 referências), a *candidatura espontânea* através do envio do curriculum vitae para as instituições (com 41 referências), a *resposta a anúncios* (36 referências), a intervenção do *Centro de Emprego* (com 31 referências) e o *convite* formulado pelas próprias instituições (23 referências). Depois, a um nível mais modesto, surge a intervenção da *Universidade* (5 referências) e a intervenção de *agências* de emprego (3 referências). Ao nível de outras estratégias (questão aberta) surge o *concurso público* (14 referências, mencionadas essencialmente pelos professores), o convite na *sequência do estágio* (3 referências) e a procura via *Internet* (2 referências).

Quanto às dificuldades sentidas, num total de 88 respostas aos 5 itens (fechados) da questão, a dificuldade mais mencionada refere-se à *falta de emprego na área do curso* (39 licenciados, 44%). Dado o elevado nível de empregabilidade (como vimos, 82,4% do total de licenciados estão empregados e mesmo dos 59 licenciados que obtiveram o 1º emprego depois de concluírem o curso 90% estão empregados) não deixa de ser curioso que a percepção desta dificuldade constitua a principal referência dos licenciados. A segunda dificuldade, ainda bastante referida, é a *falta de experiência profissional* (25 referências, 28%). Depois, a um nível mais modesto surge a *formação insuficiente* (11 referências, 12,5%), a *remuneração insuficiente* (7 referências, 8%) e a *classificação do curso* (6 referências, 7%).

No capítulo das respostas abertas a esta questão (“outras dificuldades”), o maior destaque (com 12 referências) incide no *desconhecimento do curso por parte das entidades empregadoras*, à qual se poderia acrescentar outra menção de teor idêntico: *curso pouco conhecido e pouco divulgado* (3 referências). Segue-se a menção à dificuldade de grande *competividade na área / concorrência com outros profissionais* (4 referências), nomeadamente com os licenciados em Gestão e Economia (na área de Recursos Humanos) e com os licenciados em Psicologia (na área de Animação Educativa). Embora com um número diminuto de referências (cerca de 2 e 1 referência), merece destaque a referência às dificuldades

relacionadas com a *fragilidade do vínculo laboral* e mesmo ao carácter *explorador* do 1º emprego, situações que deveriam merecer a devida atenção das entidades responsáveis pelo emprego.

Apoios que gostaria de ter recebido na transição da Universidade – Mundo do trabalho

Das 82 respostas a esta questão aberta, há uma resposta que pode ser considerada como o denominador comum: *mais e melhor divulgação do curso*. Há 40 licenciados que se referem explicitamente neste âmbito, afirmando que a divulgação deveria ser feita principalmente junto das empresas e dos Centros de Emprego, mas também a nível nacional. Tal divulgação, insistem, deveria contribuir para um melhor conhecimento do curso por parte de diversas entidades e, simultaneamente, contribuir para a formação de uma identidade profissional dos Licenciados em Educação. Este aspecto da “identidade” (e da sua ausência) é algo que é muito salientado no diálogo estabelecido nas entrevistas.

O segundo apoio mais referido (com 16 referências explícitas) recai na necessidade que os licenciados sentem em ter *informação sobre o mundo do trabalho*, explicitando aspectos como: áreas onde podem trabalhar; listas de empresas relacionadas com as áreas; informação sobre programas de inserção profissional; formação para apresentarem a candidatura a empresas (elaborar curriculum vitae; redigir cartas de apresentação, etc.)

O terceiro aspecto (com 14 referências explícitas) recai na necessidade de haver um maior *ligação/comunicação com os mundo de trabalho* durante o curso (e não apenas no 4º ano e no ano de estágio), afirmando-se que deveria haver uma espécie de pré-estágio ao longo dos vários anos do curso, iniciando-se esse contacto logo no 2º ano. Advogam ainda que deveria haver, no âmbito do Conselho de Cursos, um gabinete para fazer a interligação entre licenciados / universidade / entidades empregadoras.

Directamente relacionado com o aspecto anterior aparece a referência à necessidade de o curso ter uma *formação mais prática*, quer na ligação com o mundo de trabalho, quer com os conteúdos das disciplinas.

O quinto aspecto recai na necessidade de haver um *maior e melhor acompanhamento durante o estágio e mesmo após o estágio*, advogando-se uma melhor articulação entre os orientadores da universidade e os acompanhantes de estágio nas instituições, e que o apoio da Universidade deveria prolongar-se para além do estágio, havendo quem sugira 2 a 3 anos.

Por fim, surge a referência à necessidade de haver uma melhor articulação entre o estágio e o emprego, ou seja, há licenciados que sentem que trabalham arduamente no estágio (há quem fale em *exploração*), mas depois, findo o estágio, não há qualquer continuidade. Os licenciados que levantam a questão, gostariam de ter o apoio do Conselho de Cursos e da Universidade para sensibilizarem as instituições de estágio em darem continuidade ao desempenho profissional.

Factores de inserção profissional

São quatro os factores de inserção profissional que procurámos averiguar: o curso, os complementos de formação, as experiências prévias de trabalho e as experiências prévias de voluntariado.

Em relação ao curso, dos 114 licenciados que entenderam pronunciar-se sobre o contributo do curso para a inserção profissional, a maioria (65 licenciados, 55%) considera que o curso os preparou bastante (38%) e muito (19%). Apenas 10 licenciados (8,4%) regista que o curso contribuiu pouco (6%) e muito pouco (2%). Numa posição moderada, encontram-se os restantes 39 licenciados (34%).

Por sua vez, em relação aos complementos de formação, 79 licenciados (66% constituintes da amostra) que referem ter frequentado complementos de formação. Destes, 14 frequentam uma formação a nível de pós-graduação (mestrado) em diversas especializações da área de Educação e todos já frequentaram cursos e acções de formação. Os mestrados incidem em diversas especializações: Ciências da Educação (4 licenciados); Educação para a Saúde (2), Organizações Educativas e Administração Educacional (2), Formação Psicológica de Professores e Pedagógica (2), Gestão de Recursos Humanos (1), Comunicação e Linguagem (1), Língua Portuguesa (1) e Desenvolvimento Pessoal e Social (1). Quanto a outros cursos, estes incidem em áreas da animação sócio-cultural, da formação pedagógica,

da gestão da organização profissional e da gestão da qualidade, de contabilidade e finanças, da criação de empresas, da legislação laboral e de inglês comercial. Por último, as acções de formação incidem numa multiplicidade de áreas, tais como: animação sócio-cultural, bibliotecnia, crianças em risco, desenvolvimento local, educação sexual e para a saúde, elaboração de projectos, formação para a cidadania, novas tecnologias e técnicas de animação.

Acrescente-se que, dos licenciados que frequentaram os complementos de formação, 73 pronunciaram-se sobre o nível de contribuição para o desempenho profissional. A maioria (45 licenciados, 62%) refere que o contributo foi positivo (23%, indicam mesmo que contribuíram “muito”). Apenas 8 licenciados (11%) entendem que os complementos de formação contribuíram pouco (10%) e muito pouco (1%). Numa posição moderada encontram-se os restantes 20 licenciados (27%).

Quanto às experiências prévias de trabalho, 57 licenciados (48% constituintes da amostra) que referem ter tido experiências prévias de trabalho. A maioria relaciona estas experiências com a actividade profissional do 1º emprego. Para além destas actividades (já mencionadas na situação do 1º emprego) podemos distinguir as experiências de trabalho com uma actividade mais periódica de outras de ocorrência esporádica. Nas primeiras, situam-se as experiências de *baby-sitter*, de balconista no comércio e na restauração (no bar da universidade e no McDonald's) e de operariado em empresas; nas segundas, a participação na animação de ATL (actividades de tempos livres) e de centros de dia, em organização de seminários e encontros e em programas do Instituto Português de Juventude.

Dos licenciados que tiveram experiências prévias de trabalho, 46 pronunciaram-se sobre o nível de contribuição para o desempenho profissional. A maioria (32 licenciados, 70%) refere que o contributo foi positivo (33%, indicam mesmo que contribuíram “muito”). Apenas 6 licenciados (13%) entendem as experiências de trabalho contribuíram pouco (9%) e muito pouco (4%). Numa posição moderada encontram-se os restantes 8 licenciados (17%).

Por último, quanto às experiências prévias de voluntariado, 49 licenciados (41% constituintes da amostra) que referem ter tido experiências prévias de voluntariado. O tipo de voluntariado é multifacetado e diversificado, mas há uma grande focagem no associativismo

social, cultural e recreativo. Dos licenciados que tiveram experiências prévias de voluntariado, 46 pronunciaram-se sobre o nível de contribuição para o desempenho profissional. A maioria (27 licenciados, 58%) refere que o contributo foi positivo (30%, indicam mesmo que contribuíram “muito”). Apenas 6 licenciados (13%) entendem as experiências de trabalho contribuíram pouco (9%) e muito pouco (4%). Numa posição moderada encontram-se os restantes 13 licenciados (28%).

Conclusões

Ao longo da apresentação dos resultados já fomos avançando algumas análises, importa agora, a modo de síntese, efectuar um balanço sumário das principais conclusões.

Sobre a identificação dos licenciados

A amostra atinge 88% (119) dos 135 que concluíram o curso. O primeiro ramo de especialização (Recursos Humanos e Gestão da Formação) era o mais representado com 39,5% dos licenciados, seguido do segundo ramo (Educação de Adultos e Intervenção Comunitária) com 31,9% e do terceiro ramo (Animação Educativa e Desenvolvimento Pessoal e Social) com 28,6%. Verificava-se uma taxa elevada de feminização (86,6%) e uma taxa elevada de estudantes trabalhadores (32,5%). A classificação média do curso era de 13,9 valores. A idade média era de 29 anos. A maioria dos licenciados tinha a sua residência no Norte Litoral, com destaque para o Distrito de Braga (66%) e para o concelho de Braga (45%).

Sobre a situação actual de emprego

Registava-se uma alta taxa de empregabilidade (82%), não se afigurando dramática a situação profissional dos licenciados em Educação, tendo em conta que se trata de um curso novo, há pouco tempo no mercado de trabalho. Contudo, esta *performance* não deve ocultar que a taxa de desemprego chegava aos 18%, que havia licenciados com dificuldades na obtenção de emprego, havendo mesmo casos de desemprego de longa duração.

A maioria dos licenciados acedeu ao emprego com relativa rapidez. Dos 59 licenciados que conseguiram o primeiro emprego após a conclusão do curso, a maioria (90%) estava

empregada e 48 licenciados (81%) obteve o primeiro emprego nos primeiros seis meses, sendo que 37% empregou-se quase de imediato à conclusão do curso (1 mês). Situação corroborada pelo facto de 81% dos licenciados que concluíram o curso mais recentemente (em 1999-2000, 47 licenciados) já estarem colocados no mercado de trabalho.

As organizações / instituições de inserção profissional dos licenciados estavam relacionadas com instituições de solidariedade social, de ensino, função pública, Câmaras Municipais e empresas comerciais, de serviços e de formação. Para a grande maioria dos licenciados, as funções profissionais exercidas nestas instituições enquadravam-se nas área da respectiva licenciatura e do perfil traçado para o novo licenciado, o que não deixa de ser relevante para uma análise da pertinência social da Licenciatura em Educação.

A maior parte dos licenciados trabalhava no Norte Litoral, mais de metade no Distrito de Braga (67%), com o concelho de Braga a absorver 31% dos licenciados empregados. Esta concentração poderá levar a uma rápida saturação do mercado nesta zona do País. De uma forma geral, os concelhos de trabalho coincidem com os concelhos de residência: apenas para 10% dos licenciados a obtenção do emprego implicou mudança de residência.

A maioria dos licenciados (68%) referia que a frequência do curso contribuiu directamente para a situação actual de emprego. Mesmo de entre aqueles licenciados que assinalaram a ausência de relação – nomeadamente os que já tinham emprego antes de frequentarem o curso, como é o caso muito particular dos docentes –, também alguns referiram que a frequência do curso implicou mudanças de emprego e alterações positivas na situação profissional ao nível remuneratório, de funções e de estatuto. Cerca de metade dos licenciados considerava que tinham um nível de realização profissional nível *elevado* (48,5%). Apenas 3% considerava ter que tinha um nível *baixo* de realização profissional.

Mereceu-nos alguma apreensão as condições de exercício da actividade profissional. Mais de metade dos licenciados (55%) tinha contratos de trabalho precário (a *termo certo*), não obstante ser exercida essencialmente a tempo inteiro (94% dos licenciados). Sobre a remuneração média mensal, apesar da maioria dos licenciados auferir um vencimento claramente acima dos 140 contos, há licenciados (3%) que têm uma remuneração inferior a 100 contos.

Sobre o primeiro emprego

A primeira observação a registar foi o elevado número de alunos (37%) que antes do ingresso do curso já tinha tido experiências de trabalho ao nível do primeiro emprego, facto que aparece corroborado pelos 33% de alunos que usufruíram do estatuto de trabalhadores estudantes. Este valor tem duas implicações. A primeira relaciona-se com a transição da Universidade-Mundo do trabalho, pois estas experiências prévias de trabalho facilitavam a transição e foram valorizadas pelos licenciados. A segunda implicação remete para a pedagogia universitária que deve ter em devida conta esta realidade, quer ao nível das situações pedagógicas de ensino-aprendizagem, quer ao nível do enquadramento da compatibilidade dos horários, introduzindo, porventura, uma formação em horário pós-laboral e/ou através da combinação de modalidades de situações de ensino presencial com o ensino a distância (*on-line*), quadro pedagógico de aprendizagem que é facilitado pela natureza das actuais tecnologias de informação e comunicação.

A situação do primeiro emprego estava, de uma forma geral, relacionada com a situação actual de empregabilidade. Havia, na generalidade, uma grande coincidência entre as organizações/instituições da situação actual de emprego e as do primeiro emprego. Esta relação verificava-se sobretudo nas situações de primeiro emprego mais estável (quer o conseguido antes do ingresso no curso, quer o conseguido após a conclusão do curso). Naquelas situações em que o primeiro consistiu numa experiência de trabalho de carácter ocasional, em trabalho não especializado e que pouco ou nada tinha a ver com a tipologia do curso, verificavam-se mudanças na situação profissional após a conclusão do curso.

A maioria das organizações/instituições do primeiro emprego estavam localizados na zona Norte Litoral do País. No distrito de Braga empregavam-se 70% dos licenciados e o concelho de Braga que absorvia 41%.

Tal como na situação actual profissional, também o exercício das actividades do primeiro emprego nos mereceu alguma apreensão pela precariedade que apresenta. Os dados revelavam que 70% dos licenciados o exerciam a *termo certo* e que a sua ocorrência não significava estabilidade: havia licenciados que estavam na situação de desempregados e que

já tinham tido a sua experiência de primeiro emprego, quer antes do ingresso no curso, quer após a conclusão do curso.

Sobre as estratégias na procura do primeiro emprego sobressaía a utilização dos *contactos informais* e a *candidatura espontânea*, aspectos que os serviços de orientação na transição universidade-mundo de trabalho deveriam valorizar.

A dificuldade mais mencionada na obtenção do primeiro emprego relacionava-se com a *falta de emprego na área do curso*, o que não deixa de ser curioso dado o elevado valor de empregabilidade, mesmo dos licenciados que obtiveram o 1º emprego depois de concluírem o curso. Como esta percepção não tem correspondência com a realidade, existe aqui um campo de intervenção para o Conselho de Cursos, pois a situação profissional não se afigura tão dramática como os licenciados, enquanto ainda alunos, a percepcionavam.

Ao nível dos apoios que os licenciados gostariam de ter recebido na transição Universidade - Mundo de trabalho havia um conjunto alargado de recomendações que podiam ser agregadas em torno de cinco eixos: 1) mais e melhor divulgação do curso no exterior; 2) mais e melhor articulação com o mundo de trabalho; 3) mais informação sobre o mundo do trabalho; 4) mais e melhor formação prática durante o curso; 5) mais e melhor acompanhamento durante e após o estágio, no sentido da manutenção dos laços entre os licenciados (ex-alunos) e a Universidade.

Sobre os factores de inserção profissional

São quatro os factores de inserção profissional: o curso, os complementos de formação, as experiências prévias de trabalho e as experiências prévias de voluntariado. Sobre o curso, a maioria dos licenciados considerava que a formação recebida durante a licenciatura foi deveras útil e positiva para o desempenho profissional. Em termos globais, 19% estimavam que o curso os preparou “muito”, 38% “bastante”, 34% “moderadamente”, 6% “pouco” e 2% “muito pouco”. Sobre os complementos de formação, experiências prévias de trabalho e

experiências prévias de voluntariado a maioria considerava que a frequência destas acções contribuiu positivamente para o desempenho profissional.

Como síntese a este trabalho e à metodologia utilizada, entendemos que há aqui um conjunto de indicadores que traduzem a relevância e pertinência da Licenciatura em Educação e permitem conhecer as vivências e trajectórias profissionais dos alunos na transição para o mundo de trabalho e também como concebem o seu relacionamento futuro com a Universidade. Entendemos que futuros estudos mereciam que se fizesse uma devida contextualização e comparação com estudos homólogos, nomeadamente de outras Licenciaturas em Educação e afins, e que se procedesse a uma complementaridade metodológica através da entrevista realizada aos licenciados de forma presencial, entrevistas aos empregadores e observação do desempenho profissional *in loco*.

Notas

1 In, Instituto de Educação (1990). *Proposta de criação do Curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO*. Braga: Instituto de Educação / Unidade de Educação de Adultos.

2 *Idem*, p. 7.

3 O Observatório de Emprego, que abarca o curso de Educação e o curso de Psicologia (cursos cuja responsabilidade curricular pertence ao Instituto de Educação e Psicologia), é constituído por dois professores (um da área de Educação e outro da área de Psicologia) e dois alunos (um do curso de Educação e outro do de Psicologia).

4 Núcleo de Estudantes de Educação da Universidade do Minho. A Presidente do NEDUM passou a integrar, no ano de 1990-2000, o Observatório de Emprego em representação dos alunos de Educação.

5 Com excepção de 1 aluno, pois optou por constituir (com o cônjuge) uma empresa de informática. É pois natural, que neste momento, esteja já inserido, por conta própria, no mercado de trabalho.

6 Os professores colocados em escolas da rede pública também pertencem à função pública. Ao colocá-los noutra item, foi apenas para diferenciar a actividade docente das outras funções mais de cariz administrativo.

7 Note-se, no entanto, que o emprego dos sete licenciados, que exercem funções de docência e assistentes de investigação no ensino superior (rede privada e da rede pública), foi obtido depois da conclusão do curso.

8 Para este valor contribui decisivamente o facto de, através de concurso local, 15 vagas de entrada no curso (que representam 27% total) serem destinadas a possuidores do grau de bacharel, sendo os professores os principais concorrentes.